



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO  
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 10 DE  
OUTUBRO DE 2019 .....**

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017. ....

Antes de se dar início ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada posse aos elementos do Conselho Restrito de Segurança de Oliveira do Bairro e do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro, que se encontravam presentes para o efeito. ....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores. ....

**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Vereador Rui Santos**, procurou saber o ponto de situação relativamente às obras da Escola Dr. Fernando Peixinho, da Cerâmica Rocha e da Rua Cândido dos Reis, nomeadamente a expectativa de conclusão de cada uma daquelas empreitadas. ....

No que respeita à Proposta por si apresentada na última Reunião de Câmara, acerca do incentivo à natalidade e dado ter sido referido que a taxa de natalidade no Concelho não era grave, confirmou que efetivamente que Oliveira do Bairro segue a tendência dos Municípios da Região de Aveiro, contudo, no que respeita ao saldo natural, este é um ponto que considera negativo, dado que o último



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

ano em que o mesmo foi positivo já data de 2010.....  
Ainda a este respeito, referiu que muitos dos apoios concedidos não se encontram a ser utilizados, ou encontram-se a ser utilizados a uma taxa bastante diminuta, considerando, por conseguinte, que deveria ser efetuado um levantamento de tudo que é levado a efeito nesta matéria e depois publicitar essas iniciativas.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente à organização das Mesas de Voto no Concelho, referiu que se deveria equacionar aumentar o número de Mesas de Voto em Bustos, podendo esse teste ser levado a efeito já no próximo ato eleitoral. Da mesma forma, lembrou que a mudança de alguns dos locais de voto e que foi levado a efeito no anterior mandato, não foi bem aceite por parte da população. Ainda acerca deste assunto, dado que a União de Freguesias possui uma cadeira de rodas em cada uma das secções do voto, sugeriu que tal fosse alargado às restantes freguesias.....

Quanto ao assunto relacionado com as refeições escolares e que foi abordado na última Assembleia Municipal, dada a exposição que o debate teve nas Redes Sociais, entende que devem ser retiradas algumas ilações, tanto mais que o resultado foi a depreciação da atividade da Câmara Municipal nesta área, pelo que, em função do debate que se criou, procurou saber que palavras tem a Vereadora da Educação a dizer a respeito do assunto. ....

O **Vereador António Mota**, reportando-se à questão do fornecimento de refeições escolares, disse não fazer sentido afirmar-se que um aluno da pré-primária come um bolo de bacalhau com o seu acompanhamento, uma vez que é uma situação que a todos envergonha e é somente comparável a um país do terceiro mundo, daí que exista um mal-estar no Concelho decorrente desta situação. ....  
Considerou que tal somente é possível pelo facto de as empresas apresentarem os valores que apresentam nos concursos, não entendendo como é que o Técnico Nutricionista da Câmara Municipal permite tal situação. ....

Sugeriu que, de futuro, o melhor seria apresentar ementas tipo aquando do lançamento do concurso, para que as empresas saibam o que terão de fornecer. ....

Procurou saber o ponto de situação da empreitada da Cerâmica Rocha, uma vez que tem a sensação que a mesma permanece inalterável. De igual modo questionou acerca da obra da Escola Dr. Fernando Peixinho, uma vez que em alguns locais dá a sensação que ainda se está no início da empreitada.....

No que respeita às Mesas de Voto do Concelho, referiu que a Secção de Voto de Malhapão deveria ser novamente considerada, tanto mais que existe uma grande percentagem de abstenção da população daquele lugar, uma vez que, para votar, se têm de deslocar a Águas Boas, pelo que, do seu ponto de vista, a Câmara Municipal deveria encetar diligências nesse sentido, de forma a que o próximo ato eleitoral já pudesse ser realizado naquele local. ....

Procurou saber o custo dos terrenos e respetiva área adquirida para o alargamento do Cemitério de



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Vila Verde, dado ter questionado o Presidente da Junta de Freguesia, o qual não soube responder, o que estranhou.....

O **Presidente da Câmara**, a respeito desta última intervenção, informou que o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro tem pleno conhecimento dos valores envolvidos na aquisição dos terrenos para alargamento do Cemitério de Vila Verde, tendo sido assumido compromisso, por parte da Câmara Municipal, de extrair a terra e depois de o terreno estar preparado seria cedido à Junta de Freguesia.....

A **Vereadora Lília Águas**, a respeito das refeições escolares, lamentou que a publicação de facebook tivesse resultado de uma notícia do Jornal da Bairrada, mas que não transcreveu todos os esclarecimentos que prestou em Assembleia Municipal relativamente ao serviço de refeições, e por conseguinte, não faz o devido enquadramento do que foi efetivamente dito.....

Assim sendo, entende que deve efetuar uma nova explicação relativamente à prestação de serviços de fornecimento de refeições, resultado de concurso público realizado e somente destinado às Escolas do 1.º Ciclo, uma vez que a Câmara Municipal não é responsável pelo fornecimento de refeições do 2.º e 3.º ciclo e secundário e o que sucede é que muitas das reclamações que foram apresentadas dizem respeito precisamente ao 2.º e 3.º ciclo, cuja gestão é efetuada diretamente pela DGEST. ....

No que respeita ao concurso levado a efeito pela Câmara Municipal, informou que dos oito Polos Escolares, em quatro deles as refeições são fornecidas por IPSS's e as restantes quatro, por empresas privadas e, no que às queixas diz respeito, elas repartem-se entre Associações e privados e, por conseguinte, entende que se deve desmistificar a questão de que o serviço é mal prestado pelo facto de ser fornecido por empresas privadas e que estas estão a poupar na comida. ....

Em relação às ementas, informou que as mesmas foram definidas para o ano letivo e encontram-se previstas no Caderno de Encargos, sendo as mesmas ementas independentemente do Polo Escolar e de quem fornece as refeições, ou seja, há uma uniformização da ementa e cujas regras resultam de uma Circular da DGEST e que se prende com quantidades, não tendo nada a ver se é fornecido um bolo de bacalhau, dois ou três, mas sim com regras que são impostas, havendo quantidades específicas para as crianças do Jardim de Infância, quantidades específicas para as crianças do 1.º Ciclo e depois para o 2.º e 3.º Ciclo e isso encontra-se definido.....

Deu a conhecer que um Técnico da Câmara Municipal acompanha diariamente o serviço que é prestado ao nível das refeições escolares, o que não impede, contudo, que possa haver situações de incumprimento ou falhas, o que já sucedeu, tendo essa empresa sido penalizada pelo problema. Esta foi uma situação que lhe parece demonstrar que a Câmara Municipal está atenta.....

Referiu ser falso que se diga que as crianças passam fome, uma vez que têm lanche a meio da manhã e depois a refeição é composta por sopa, o prato principal e sobremesa e mais tarde têm o lanche...



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, no que respeita às Assembleias de Voto, mencionou que a Câmara Municipal irá fazer uma análise, sendo que a iniciativa de que todas as Secções de Voto do Concelho se localizassem nos Polos Escolares foi do Executivo anterior, o que implicou que algumas delas perdessem a sua centralidade, podendo, eventualmente, ter levado a um desincentivo na hora de votar.....

Relativamente às obras no Concelho, informou que os trabalhos decorrem, sendo que em algumas delas estiveram suspensos, nomeadamente na Cerâmica Rocha, para se poder realizar um trabalho de desmatção, na Rua Cândido dos Reis por se ter entendido avançar com a aquisição de um imóvel e demolição de um outro, na Escola Dr. Fernando Peixinho, pelo facto de se ter constatado obstrução nas condutas de saneamento e águas pluviais ali existentes. ....

Disse terem sido adquiridos cerca de 1.600m<sup>2</sup>, a 17,50 € (dezassete euros e cinquenta cêntimos) por metro quadrado, ou seja, pagou-se cerca de 27.700,00 € (vinte e sete mil e setecentos euros), sendo que o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro tinha plena consciência destes valores, sendo uma das primeiras preocupações por parte do Presidente da Junta de Freguesia. Alertou para o facto de o processo ter demorado mais algum tempo, devido a penhoras, o que não permitiu libertar o terreno no imediato. ....

O **Vereador António Mota**, disse que cria bastante impacto um pai ouvir o filho dizer que comeu um ou dois bolos de bacalhau e essa é uma situação que, do seu ponto de vista, impressiona qualquer pessoa, independentemente de o respetivo acompanhamento, do ponto de vista nutricional, possa ser o melhor e o mais indicado. ....

A **Vereadora Lília Águas**, disse concordar com o Vereador António Mota, informando que no dia de ontem tinha reunido com uma das IPSS fornecedoras das refeições escolares, tendo esta feito queixa de que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro faz algumas exigências que saem muito caras à empresa e que o Técnico Municipal é bastante rigoroso na supervisão do fornecimento e no controlo das quantidades. ....

Referiu que as ementas são elaboradas de acordo com indicações do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, havendo um controlo bastante apertado no que respeita a quantidades e a dimensões, sendo esta a resposta que tem de ser transmitida aos pais. ....

O **Vereador Rui Santos**, referiu que o mais importante é controlar as quantidades e a qualidade das refeições que são fornecidas, uma vez que tem consciência de que nunca se poderá agradar a todos. Disse não ter ficado preocupado com o atraso das obras da Cerâmica Rocha, contudo, no que respeita à Cândido dos Reis e à Escola Dr. Fernando Peixinho, os técnicos municipais e as empresas têm de começar a ter consciência que há situações que afetam gravemente a vida das pessoas e o seu dia-a-dia.....

O **Presidente da Câmara**, disse ter tido essa mesma cautela, sendo também uma das razões que o



Oliveira do Bairro câmara municipal

levam a estar nos locais onde se desenrolam as obras, tanto mais que, para o Município, quanto mais depressa se concluírem as obras, melhor. ....

No que respeita ao fornecimento das refeições, disse que os pais ainda têm muito para aprender e os próprios técnicos também terão de ir ao terreno, de surpresa, não afetando o normal funcionamento da cantina, como sucedeu no dia de hoje, em que ele próprio se deslocou ao Polo Escolar de Oliveira do Bairro. ....

**PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 103 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – LANÇAMENTO DE DERRAMA.....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara**, disse constar da Informação o histórico da cobrança do Imposto, muito embora o mesmo seja bastante volátil, tendo em atenção que se prende com o lucro das empresas e que o Município não consegue controlar. ....

Mais disse que a Câmara Municipal poderá ter um papel bastante ativo na instalação de novas empresas, desde que as mesmas o solicitem, o mesmo se passando com o IMI e o IMT, apesar de esses apoios não terem dado grandes frutos no passado. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, sugeriu que a Câmara Municipal equacionasse a possibilidade de elaborar um Regulamento Municipal de Isenções e Benefícios Fiscais, entre o mais, destinado precisamente às novas empresas que se pretendam instalar no Concelho. ....

O **Presidente da Câmara**, disse concordar com a sugestão avançada pelo Vereador Álvaro Ferreira.

O **Vereador António Mota**, lembrou que nos primeiros anos, o lucro das empresas, à partida, é bastante diminuto, tendo em atenção o investimento efetuado.....

Referiu ter ficado surpreendido com os valores desta Receita, tendo em atenção a conjuntura económica, contudo e se for comparada com a Receita proveniente do IRS, constata-se que tal não sucedeu, ou seja, a aplicação da taxa de uma e outra não resultou numa diferença significativa em relação aos anos anteriores. ....

O **Presidente da Câmara**, recordou que a entrega da Receita proveniente da Derrama por parte da Administração Fiscal, tem lugar no mês seguinte após o apuramento do IRC, pelo que o valor agora apresentado, historicamente não terá previsão de ser mais elevado.....

O **Vereador António Mota**, referiu que esta explicação vem reforçar ainda mais o que disse anteriormente, sendo que as empresas poderão ter aproveitado para realizar alguns investimentos e assim reduzir o respetivo lucro líquido. ....

Mais referiu que, de forma a conseguir-se fomentar a instalação e fixação de empresas no Concelho de Oliveira do Bairro, a possibilidade de criação de um Regulamento faz todo o sentido, devendo



Oliveira do Bairro câmara municipal

equacionar-se muito bem a questão do período e dos valores. ....

O **Presidente da Câmara**, disse comungar com a opinião do Vereador António Mota, recordando que no passado o reconhecimento era feito pelo IAPMEI, que permitia que o investimento efetuado viesse a abater nos lucros futuros, não obstante os prejuízos apurados, mas essa era uma política do IAPMEI a que as empresas se tinham de candidatar. ....

O **Vereador Rui Santos**, concordou com a ideia de se criar um Regulamento de Isenções e Benefícios Fiscais às Empresas, uma vez que irá certamente atrair novas empresas para o Concelho, sendo que esses apoios não serão certamente muito significativos para o Município, contudo a simples divulgação e publicitação irá atrair a atenção dos empresários, sendo este o momento ideal para avançar com a elaboração do Regulamento. ....

O **Presidente da Câmara**, disse que, paralelamente aos incentivos da Derrama, os quais podem ser isentados e reconhecidos automaticamente, do IMI ou do IMT, haverá outros incentivos que o Município poderá fazer, designadamente ao nível de taxas, sendo que, no caso de se encontrarem já previstas em Regulamento, as empresas sabem que não dependem da vontade política. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º – Subscrever, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 18.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, a aplicação do lançamento de uma derrama, a cobrar durante o ano de 2020, de 1,00% sobre o Lucro Tributável sujeito e não isento de IRC e uma taxa reduzida de 0,10% para sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), nos termos do n.º 24 do art.º 18.º daquele Regime Financeiro;.....

2.º – Remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos da competente autorização e aprovação de lançamento da derrama nas percentagens propostas;.....

3.º - Em caso de autorização e aprovação daquelas percentagens, comunicar a respetiva deliberação à Autoridade Tributária, até 30 de novembro de 2019, nos termos do n.º 17 do art.º 18.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.....

**PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 104 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS-IMI** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e o Vereador António Mota.....

O **Presidente da Câmara**, disse não haver qualquer alteração relativamente ao ano transato, sendo que os Municípios poderão candidatar-se a mais isenções sem que o Município intervenha, nomeadamente se os imóveis se localizarem em zonas de reabilitação urbana e ainda as isenções direcionadas para imóveis destinados a casais jovens, sendo estes alguns dos motivos que levam a



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

que o Município continue a ser atrativo. ....

Acrescentou que se está a fazer um trabalho significativo no que respeita à classificação de prédios em ruínas e devolutos, considerando importante que as mesmas sejam recuperadas com o aproveitamento de algumas isenções.....

O **Vereador António Mota**, disse discordar com procedimento que tem sido levado a efeito por parte da Câmara Municipal, uma vez que, no que respeita às habitações em ruínas se um proprietário em vez de pagar 50,00 € (cinquenta euros) pagar 150,00 € (cento e cinquenta euros) não terá muito significado, pelo que, do seu ponto de vista, se deveria avançar com vistorias permanentes aos imóveis, porque somente dessa forma se solucionaria o problema.....

Acrescentou não ser por intermédio do agravamento da taxa que se irá encontrar uma solução, mas antes por criar uma equipa técnica que vá aos locais e verifique os imóveis que se encontram em ruína, colocando em risco bens e pessoas e posterior notificação ao proprietário para resolução da situação. ....

Disse que poderia ser equacionada a possibilidade de criar um Regulamento ou com uma Informação Técnica, que permita uma redução de custos no transporte, tratamento e outros, nos casos em que a Câmara Municipal obrigue a solucionar o problema, podendo esta, ser um estímulo e uma solução para resolver muitas situações que existem no Concelho.....

Referiu que a Câmara Municipal deveria equacionar a possibilidade de estimular o desenvolvimento económico do Concelho, por intermédio de uma redução significativa em matéria de IMI a pagar pelas empresas, o que permitiria a instalação de novas empresas no Concelho e iria certamente alavancar o crescimento económico, redução esta que, iria contrabalançar com o IRS dos trabalhadores dessas mesmas empresas.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que essa é uma solução que vai de encontro com o que foi mencionado no ponto anterior a respeito da criação de um Regulamento de Isenções e Benefícios Fiscais. ....

Informou que, ao nível das ruínas, foram já desencadeados processos, com a notificação aos proprietários, com a possibilidade de o Município se substituir aos proprietários, por forma a proporcionar mais segurança aos Municípios do Concelho, mas este é um processo burocrático bastante grande e que leva o seu tempo.....

No que respeita a benefícios aos proprietários, disse ter efetuado algumas diligências junto da CCDR-C, para que tal fosse possível, ou seja, no sentido de incentivar o proprietário a demolir e qual a melhor forma para ser o Município a tratar dos resíduos. Sucede, porém, que a CCDR-C informou que tal não seria possível, no entanto, estão a avaliar-se outras possibilidades que contribuam para resolver o estado de degradação em que se encontram alguns imóveis que existem no Município. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, subscrever o seguinte:.....





Oliveira do Bairro câmara municipal

1.º - A Proposta de fixação do valor da taxa de IMI de 2019, a vigorar em 2020, no valor de 0,300% para os prédios urbanos;.....

2.º - A Proposta de aplicação do n.º 3, do artigo 112.º do CIMI, para vigorar em 2020, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos de prédios em ruínas;

3.º - A Proposta de fixação da redução da taxa de IMI a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: .....

N.º de Dependentes a Cargo	Dedução Fixa [em €]
1	20,00 €
2	40,00 €
3 ou mais	70,00 €

4.º - Que o quantitativo percentual das Taxas que vier a ser aprovado, seja comunicado à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro de 2019 [n.º 14 do artigo 112.º do CIMI, na sua atual redação];.....

5.º - A Proposta do conceito de “ruína” inscrito, no ponto 3 da Informação/Proposta 104 – Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;.....

Mais foi deliberado, remeter a presente Informação/Proposta à Assembleia Municipal para efeitos da competente aprovação. ....

**PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 105 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PARTICIPAÇÃO DE 4,25% NO IRS .....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e o Vereador António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu que face ao ano anterior se propõe uma redução de 0,25% na participação do Município no IRS. ....

O **Vereador Rui Santos**, disse que o Presidente da Câmara perdeu a possibilidade de o fazer votar favoravelmente o presente ponto da Ordem de Trabalhos, tanto mais que no ano transato a UPOB propôs a aplicação da taxa agora proposta, não tendo na altura sido aprovada, pelo que, poderia, este ano, ser proposta a redução para 4% e não para 4,25%, uma vez que as pessoas são muito sensíveis a este imposto, apesar de, eventualmente, não ser muito significativa a poupança das famílias no final do ano, mas seria importante acenar com este incentivo, tanto mais que nos Municípios vizinhos a taxa de comparticipação é inferior. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou a proposta de redução da percentagem de participação no





Oliveira do Bairro câmara municipal

IRS das famílias do Concelho, o que vai de encontro à proposta efetuada no ano transato por parte do PPD/PSD e este ano essa redução é proposta por parte do Executivo Municipal, considerando que a alteração deste tipo de taxas deve ser efetuada de uma forma controlada e abrangente, com vista ao equilíbrio das receitas. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que a informação de que o montante previsto, de cerca de 600.000,00 € (seiscentos mil euros) de receita deste imposto até ao final do ano, valor este idêntico ao do ano anterior, é um dado que o preocupa, uma vez que, a ser assim, se verifica que as famílias não ganham mais do que ganhavam anteriormente, estão antes a ganhar menos ou pelo menos existe uma estagnação em termos de receita, o que deve preocupar o gestor autárquico, dado que, ao ser reduzida a taxa, é provável que a receita reduza em termos significativos, lembrando que os impostos diretos sempre foram controlados por intermédio da redução das taxas face ao aumento dos impostos, contrabalançando o Orçamento Municipal. ....

Acrescentou que da análise efetuada se verifica uma estagnação da receita proveniente da Derrama, IRS e dos restantes impostos, concluindo não existir qualquer evolução da rentabilidade do Concelho.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o Município de Oliveira do Bairro está a prosseguir o seu caminho, sendo certo que, se mais emprego for criado, nomeadamente em postos de trabalho onde o valor acrescentado é maior, certamente que a receita irá aumentar. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção do Vereador Rui Santos, subscrever a aplicação de uma participação de 4,25% no I.R.S. dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oliveira do Bairro, relativa aos rendimentos do ano de 2019, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78.º do Código do IRS, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal para efeitos da competente aprovação, nos termos constantes na Informação/Proposta n.º 105 - Mandato 2017/2021 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e posteriormente comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2019. ....

**PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 106 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM-T.M.D.P. ....**

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o valor arrecadado com esta Taxa é residual, tendo sido efetuada uma análise aos valores que são transferidos para o Município e após solicitação à ANACOM dos respetivos dados, confirmou-se que correspondem efetivamente à realidade. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade subscrever a proposta de aplicação de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% sobre a faturação mensal emitida pelas entidades que oferecem redes e serviço de comunicações móveis acessíveis ao público num local



Oliveira do Bairro câmara municipal

fixo, para vigorar durante o ano de 2020 e remeter o assunto à próxima Sessão da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação final, nos termos da Informação/Proposta n.º 106 - Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.....

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A CANDIDATURA À CREDENCIAÇÃO DA RADIOLÂNDIA – MUSEU DO RÁDIO PELA REDE PORTUGUESA DE MUSEUS .....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas, a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que o Município tem a vontade de aderir à Rede Portuguesa de Museus e por conseguinte torna-se necessário dar os passos tendentes à respetiva credenciação, tendo a Direção Geral do Património Cultural solicitado o envio do Programa Museológico e as Normas de Procedimentos de Conservação Preventiva, sendo precisamente esses documentos que agora se encontram para aprovação e posterior remessa para aquela entidade para que o processo seja finalizado.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou este passo que é dado pelo Município, uma vez que se entra noutra patamar, o que fará com que o Município tenha de ter mais rigor na gestão deste tipo de infraestruturas e de lhe dar outro tipo de amplitude.....

No que respeita às Normas de Procedimentos de Conservação Preventiva e na parte respeitante à caracterização do edifício, refere a inexistência de uma massa de água à volta do edifício. Sobre este aspeto e apesar de não existir um rio ou um lago, não se pode esquecer que aquela zona é denominada de corgo, a qual se caracteriza por ser uma zona de pantanal e mesmo ao lado do edifício passa uma vala que atravessa aquela zona.....

O **Vereador Rui Santos**, disse que os documentos se encontram bem elaborados, contudo a mesma apenas é subscrita pela Vereadora quando, na sua opinião, deveria ser subscrita pelos Técnicos e a Proposta da Vereadora ser acompanhada dessa mesma Informação. ....

A **Vereadora Lília Águas**, informou que os documentos foram subscritos pelos Técnicos, sendo que, a Informação/Proposta compete-lhe a si e os documentos apresentados não são subscritos pelo Técnicos uma vez que têm de ser validados pelo Executivo, antes de irem para a Direção Geral do Património Cultural.....

Acrescentou que, como se verifica no documento, a vala foreira não se situa na frente do edifício, do Museu, que é onde se localiza o acervo.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o “Programa Museológico” e as “Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva”, anexas à Informação/Proposta



Oliveira do Bairro câmara municipal

apresentada pela Vereadora do Pelouro, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.....

**PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 157|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – FIXAÇÃO DE NÚMERO DE ESTÁGIOS – ESTÁGIOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (EFP) .....**

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu ser política da Câmara Municipal motivar os jovens a realizar estágios profissionais e nesse sentido pretende-se proceder à abertura em mais três áreas.....

O **Vereador Rui Santos**, disse esperar que a Câmara Municipal saiba acolher bem estes Técnicos e dar um contributo para a sua aprendizagem e em contrapartida receber o que há de novo e as mais valias que os estagiários têm para dar ao Município. ....

O **Presidente da Câmara**, informou já se encontrarem três estagiários na Câmara Municipal, a fazerem o seu trabalho e a adquirirem algum conhecimento. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 157|GAP, datada de 7 de outubro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, fixar o número de estágios (estágios de formação profissional (EFP)) a admitir, no âmbito do Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro, nos seguintes termos: .....

- a) Engenharia Civil, dois lugares;.....
- b) Engenharia do Ambiente, um lugar; .....
- c) Design, um lugar; .....

**PONTO 8 – INFORMAÇÃO N.º 92/2019 PRESTADO PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS DE 2019 .....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas, a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos. ....

A **Vereadora Lília Águas**, informou que o presente assunto se prende com o apoio ao arrendamento, tendo sido elaborada a informação contendo dados comparativos de modo a que os Vereadores possam analisar corretamente a situação. ....

Acrescentou ter havido 32 candidaturas para apoio ao arrendamento, das quais 23 reúnem as condições de atribuição deste apoio anual, sendo que o montante global ascende a 30.300,00 € (trinta mil e trezentos euros). ....



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Rui Santos**, valorizou o que foi dito pela Vereadora Lília Águas, uma vez que a Proposta se encontra com toda a informação necessária à tomada de decisão.....

O **Vereador António Mota**, disse que a presente Informação demonstra a qualidade técnica da acessoria da Vereadora Lília Águas, não subsistindo qualquer dúvida relativamente ao seu conteúdo.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas constantes da Informação n.º 92/2019, datada de 23 de setembro de 2019, apresentada pelo Serviços de Ação Social e Idade Maior e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 9 – INFORMAÇÃO N.º 113|2019 PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA BAIRRADA, PARA REALIZAÇÃO DO “CONCERTO DE INVERNO”, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2019.....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Conservatório de Música da Bairrada, do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 17 de dezembro de 2019, para efeitos de realização do espetáculo de final de ano letivo “Concerto de Inverno”. ....

**PONTO 10 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO “ESPAÇO INOVAÇÃO”, NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2019, POR PARTE DO CENTRO SOCIAL DE OIÃ, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO “ENCONTRO DE SOPAS” .....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação”, no dia 16 de novembro, ao Centro Social de Oiã, para efeitos de realização do evento “Encontro de Sopas”.....

**RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 9 de outubro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores: .....

**DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS:** ..... **2.066.036 Euros e 60 Cêntimos**

**DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** ..... **665.345 Euros e 26 Cêntimos**

**TOTAL DAS DISPONIBILIDADES:** ..... **2.731.381 Euros e 86 Cêntimos**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Duarte, Técnico Superior, em regime de mobilidade intercarreiras, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer. ....

---

Duarte dos Santos Almeida Novo

---

José Miguel Cardoso Duarte

---

Jorge Ferreira Pato

---

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

---

Susana Maria da Silva Martins

---

António Augusto Marques Mota

---

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

---

Rui Jorge Marques Santos